

CARTA DE CONJUNTURA

ANO 27 N.º 3
Março de 2018



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

ECONOMIA

O significado da retomada
do crescimento em 2017

INDÚSTRIA

Evolução estrutural da
indústria de transformação
do RS — 2007-15

● Agregação de valor como estratégia de competitividade na cadeia têxtil-vestuário do RS ●

— Após dois anos em queda, PIB cresce 0,98% em 2017: acabou a crise? —

● A bolha de ativos e a atuação do Fed: 2008 em 2018? ●

— A remuneração do setor privado, do setor público estadual e a diferença entre os poderes no RS —

● Mais uma vez, a reforma da Previdência ●

— Envelhecimento populacional e mortalidade de idosos no Rio Grande do Sul —

O significado da retomada do crescimento em 2017

André Luis Contri

contri@fee.tche.br

Pesquisador em Economia da FEE

Em 2017, a economia brasileira voltou a apresentar sinais positivos nas suas principais variáveis macroeconômicas, após dois anos nos quais o País atravessou a maior recessão de sua história. Assim, segundo o Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) apresentou um crescimento de 1,0% em relação a 2016, sendo esse crescimento resultado do incremento tanto da produção agropecuária quanto das indústrias extrativas e de transformação. A inflação, por seu lado, foi significativamente reduzida, ficando, inclusive, ligeiramente abaixo da banda mínima estabelecida pelo regime de metas da inflação. Tal fato permitiu ao Banco Central reduzir substancialmente a taxa nominal de juros. Pelo lado do mercado de trabalho, verificou-se uma redução na taxa de desemprego e um incremento no número de ocupados. No setor externo, o País apresentou o seu maior superávit em dólares na balança comercial, enquanto a taxa de câmbio apresentou pequenas oscilações, em torno de R\$ 3,2.

Essa incipiente recuperação, no entanto, precisa ser entendida dentro de um horizonte temporal maior. Em primeiro lugar, o volume do PIB situou-se, em 2017, 6,0% abaixo do seu volume em 2014. Em segundo lugar, uma análise mais detalhada da série da produção industrial demonstra que o crescimento, no volume de produção da indústria de transformação (2,2%), em 2017, manteve o seu nível abaixo do de 2004. A produção industrial ainda deverá crescer cerca de 20,0% para alcançar o seu patamar máximo, o de 2013. Em terceiro lugar, o nível dos investimentos está abaixo do que se encontrava na pré-crise de 2008 e ainda deverá crescer aproximadamente 40% para atingir o seu nível máximo, o de 2013. No que se refere à taxa de juros real, referência para a remuneração das aplicações financeiras, embora tenha apresentado uma ligeira queda, continua próxima de 4,0%, patamar ainda elevado, quando comparado às taxas de juros internacionais, que estão próximas de zero ou até mesmo negativas. O fato de a inflação, em 2019, dificilmente ficar abaixo da verificada em 2018, associado com a possibilidade de crescimento da taxa de juros norte-americana, dificultará que o Banco Central promova novas reduções na taxa de juros nominal até o final do ano. Por fim, convém destacar que a dívida líquida do setor público, que no início de 2015 representava 32,5% do PIB, encerrou 2017 com um percentual de 51,6%, retornando ao patamar de meados de 2004.

O crescimento econômico é resultado do comprometimento de parcela do excedente econômico das empresas com o processo de produção e/ou com os novos investimentos em bens de capital, de forma a ampliar a capacidade produtiva. Por seu lado, o crescimento da produção, ou a realização de novos investimentos, ocorre quando existe uma demanda em expansão ou uma expectativa de que tal expansão venha a ocorrer. Em si, o crescimento acaba sendo um estímulo à demanda de bens intermediários e de bens finais, caso o aumento na produção se reflita na geração de novos empregos e no crescimento da massa salarial. Novos investimentos, por sua vez, podem surgir da necessidade de repor a depreciação de máquinas e equipamentos, da ocupação da capacidade instalada ou, ainda, da perspectiva de lucratividade.

É dentro dessa estrutura que o crescimento brasileiro deve ser analisado. Para que o País retome uma trajetória consistente de recuperação, será fundamental o surgimento de fontes de demanda. Em 2017, as exportações

constituíram-se em uma importante fonte de demanda para a economia brasileira. Em termos de volume, segundo os dados da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), o crescimento foi de 6,8%, sendo os produtos básicos os principais responsáveis pelo incremento (13,2%). Embora o aumento na quantidade exportada de bens manufaturados (2,7%) tenha sido relativamente baixo, ela esteve concentrada em setores com importantes relações de encadeamento interindustriais, tais como o setor produtor de veículos automotores (28,2%) e de máquinas e equipamentos (16,1%), os quais acabam estimulando a produção de bens intermediários.

No caso de manutenção do crescimento da economia mundial, é provável que esse padrão de crescimento das exportações continue. No entanto, a economia brasileira ainda opera com importantes elementos que restringem uma aceleração do crescimento. Em primeiro lugar, o consumo das famílias tem crescido muito lentamente e deverá continuar assim nos próximos anos. A precarização dos novos empregos, que deverá ocorrer a partir da reforma trabalhista, deverá limitar o crescimento da massa salarial e dos benefícios, como o pagamento das férias e do 13.º salário, mesmo que o emprego volte a crescer.

Em segundo lugar, é preciso considerar que o ajuste fiscal pelo lado dos gastos públicos, estabelecido pelo teto dos gastos, irá impedir que o governo amplie o seu papel como indutor de investimentos privados ou aumente os seus investimentos em infraestrutura. Além disso, tal política limitará os gastos governamentais com o funcionalismo, serviços públicos e assistência social. Todos esses elementos impedem uma expansão nos gastos das famílias e irão restringir o crescimento da demanda.

Ao longo dos anos de 2015 e 2016, agravaram-se, no País, alguns problemas de ordem estrutural que já vinham manifestando-se há alguns anos. Em primeiro lugar, a queda nos investimentos acentuou a defasagem tecnológica do parque industrial instalado no País. Isso ocorre justamente em um momento de profundas transformações tecnológicas nas áreas de informação e comunicação e de processos produtivos, que têm impactado todo o conjunto de atividades industriais.

Além disso, sucessivos anos de queda na produção e nos investimentos levaram a quebras nas cadeias produtivas domésticas, as quais acabaram por direcionar parte da demanda intermediária e final para o exterior. De fato, em 2017, ainda segundo a Funcex, o volume das importações cresceu 5,3%, sendo que os principais responsáveis foram: os combustíveis (9,4%), os bens intermediários (7,0%), os bens de consumo duráveis (8,8%) e os bens de consumo não duráveis (8,2%). Já os bens de capital tiveram uma queda de 9,1% no volume importado, indicando o baixo patamar da formação bruta de capital. Tais dados demonstram uma elevada elasticidade-renda das importações brasileiras, fato que pode vir a criar novos desajustes em um ciclo futuro de crescimento.

Além disso, o substancial aumento do desemprego observado nesses anos de profunda recessão, que dobrou o número de desempregados no País, passando de aproximadamente 6,5 milhões de trabalhadores para mais de 13 milhões, associado a longos períodos nos quais que os trabalhadores têm ficado sem ocupação, não propicia que a mão de obra busque se qualificar. Assim, cria-se outra defasagem importante para a retomada do crescimento, defasagem esta que não encontra solução no curto prazo. Somente a partir da redução acentuada nas taxas de desemprego, com o crescimento do salário real e com investimentos em educação, é que se criam as condições para a superação do problema.

Assim, embora conceitualmente a economia brasileira tenha saído da recessão, a posição em que ela se encontra após esses anos irá requerer, para os próximos, uma conjuntura favorável, tanto no cenário nacional como no internacional, para que ocorra uma recuperação plena da atividade econômica e para que seja possível algum resgate da enorme dívida social que se acumulou com a crise.

Evolução estrutural da indústria de transformação do RS — 2007-15

César Stallbaum Conceição
cesar@fee.tche.br
Pesquisador em Economia
da FEE

Parte das transformações da estrutura industrial do Brasil (e do Rio Grande do Sul), ao longo das últimas décadas, é vista como pertencente a um processo de desindustrialização. Tal processo caracteriza-se pela perda de participação da indústria de transformação na economia, pela diminuição do adensamento e perda de cadeias produtivas e pela ampliação de setores menos intensivos em tecnologia na estrutura industrial. Esse resultado reflete-se negativamente na capacidade da indústria em liderar e dinamizar o crescimento econômico. Para se analisar como essas mudanças se processaram no interior da indústria gaúcha, este trabalho procura mostrar a evolução da estrutura do valor da transformação industrial (VTI) como *proxy* do Valor Adicionado entre 2007 e 2015, classificando as indústrias em baixa, média-baixa, média-alta e alta tecnologia, conforme a Organização Para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

No período em análise, a economia mundial atravessou um ciclo de valorização dos preços das *commodities* primárias e minerais, cujo impacto na indústria brasileira refletiu-se na expansão da indústria extrativa, no VTI total e na queda da indústria de transformação (de 91,9% para 88,1%). No Rio Grande do Sul, diferente do Brasil, a indústria extrativa é menor, tendo a indústria de transformação preservado a sua participação em torno de 99,3% do VTI total.

Dessa forma, considerando-se apenas o VTI da indústria de transformação, conforme o grau de intensidade tecnológica, é possível observar que, no Rio Grande do Sul, 69,7% do VTI é gerado pelas atividades de menor intensidade tecnológica (baixa e média-baixa), ao passo que, na indústria brasileira, essa participação é de 67,7%. Entre as indústrias de baixa tecnologia, cuja participação aumentou para 46,0% em 2015, frente aos 43,1% de 2007, destaca-se o crescimento da participação da fabricação de alimentos (de 14,3% para 20,3%) e a queda da participação das atividades intensivas em trabalho, como a indústria coureiro-calçadista (de 8,3% para 6,7%). Nas atividades de média-baixa tecnologia, cuja participação passou de 20,3% para 23,7%, o grande destaque foi o crescimento da participação da produção de produtos de petróleo, que passou de 2,2% para 8,0% do VTI da transformação entre 2007 e 2015.

As indústrias de média-alta tecnologia apresentaram a maior perda de participação na indústria gaúcha no mesmo período, passando de 34,1% em 2007 para 28,5% em 2015. Os setores que mais contribuíram para essa retração foram: o de fabricação de veículos, reboques e carrocerias (de 9,8% para 7,6%) e o de produtos químicos (12,3% para 9,2%). As indústrias de alta tecnologia, tanto na estrutura industrial brasileira quanto na gaúcha, também perderam participação, passando de 6,9% para 6,3% no Brasil, e, de 2,5% para 1,8% no Estado. Essa perda de participação ocorreu em quase todas as atividades, com exceção da fabricação de instrumentos para uso médico e odontológico.

Mesmo que as transformações na indústria gaúcha tenham sido pequenas, esse movimento acompanhou as mudanças que se processaram no âmbito da indústria nacional, resultantes do aprofundamento da participação das atividades em que o País detém vantagens comparativas decorrentes da existência de recursos naturais. Nesse sentido, a direção dos investimentos foi para setores associados a *commodities* (agroindustriais) e a indústrias

representativas de um padrão tecnológico de menor intensidade tecnológica, cuja característica marcante tem sido a limitada potencialidade para desencadear inovações e ganhos de produtividade.

Diante do fato de que o escopo para a mudança tecnológica varia substancialmente entre os setores, a velocidade do progresso tecnológico e do crescimento da produtividade dependerá, portanto, da dinâmica da transformação estrutural da economia. Nesse sentido, torna-se cada vez mais importante a formulação de política pública (industrial, científica e tecnológica) como forma de direcionar a estrutura da indústria para atividades mais dinâmicas, caracterizadas pelo acelerado progresso tecnológico e por ganhos de produtividade capazes de impulsionar o crescimento sustentado da economia.

Estrutura do valor da transformação industrial (VTI), por intensidade tecnológica, da indústria de transformação do RS — 2007, 2010 e 2015

CÓDIGOS E ATIVIDADES DA CNAE 2.0	2015 (%)		
	2007	2010	2015
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	100,0	100,0	100,0
Baixa tecnologia	43,1	41,4	46,0
10 Produtos alimentícios	14,3	14,3	20,3
11 Fabricação de bebidas	3,2	3,3	2,8
12 Fabricação de produtos do fumo	5,1	4,2	4,6
13 Fabricação de produtos têxteis	0,9	1,0	1,0
14 Confecção de artigos do vestuário	1,4	1,2	1,1
15 Couro e calçados	8,3	7,7	6,7
16 Produtos de madeira	1,9	1,2	1,1
17 Celulose e papel	2,5	1,8	2,7
18 Impressão e reprodução	0,8	0,8	0,5
31 Fabricação de móveis	3,1	3,8	3,7
32 Produtos diversos (1)	1,5	1,8	1,5
Média-baixa tecnologia	20,3	20,9	23,7
19 Produtos do petróleo e biocombustíveis	2,2	2,9	8,0
22 Borracha e material plástico	4,3	4,4	4,6
23 Minerais não metálicos	2,9	2,8	2,3
24 Metalurgia	3,4	3,0	1,5
25 Produtos de metal	6,9	7,4	6,0
30.1 Construção de embarcações	0,5	0,5	1,4
Média-alta tecnologia	34,1	35,9	28,5
20 Produtos químicos	12,3	9,3	9,2
27 Máquinas e materiais elétricos	1,9	2,6	1,7
28 Máquinas e equipamentos	8,7	10,5	8,6
29 Veículos, reboques e carrocerias	9,8	12,1	7,6
30 Outros equipamentos de transporte (2)	0,1	0,1	0,1
33 Manutenção de máquinas e equipamentos	1,3	1,4	1,3
Alta tecnologia	2,5	1,8	1,8
21 Fardoquímicos e farmacêuticos	0,3	0,4	0,3
26 Produtos eletrônicos e ópticos	2,0	1,2	1,2
30.4 Fabricação de aeronaves	-	-	-
32.5 Instrumentos médicos	0,2	0,3	0,3

FONTE: Pesquisa Industrial Anual 2015 (IBGE, 2017).

(1) O VTI das atividades referentes a Produtos diversos exclui as atividades 32.5 e 30.1. (2) O VTI das atividades referentes a Outros equipamentos de transporte exclui a atividade 30.4.

Agregação de valor como estratégia de competitividade na cadeia têxtil-vestuário do RS

Tarson Núñez
tarson@fee.tche.br
Pesquisador em Ciência
Política da FEE

A cadeia produtiva têxtil-vestuário foi um dos históricos pilares da industrialização do RS. Desde o final do século XIX, o Estado caracterizou-se por um significativo parque industrial têxtil, baseado em capitais locais e tendo como matéria-prima, inicialmente, a lã e o algodão. É uma cadeia que se caracteriza por uma grande heterogeneidade do ponto de vista do tamanho das unidades produtivas, assim como de sua intensidade tecnológica. O setor do vestuário, especialmente, caracteriza-se por um grande número de empresas de micro e pequeno porte convivendo com empresas médias e grandes. Segundo o Sindicato das Indústrias do Vestuário do RS, 91,2% do setor é composto por microempresas, 8,1% por empresas de pequeno porte, 0,7% por empresas de médio porte e apenas uma empresa de grande porte. No RS, de acordo com os dados do Cadastro Central de Empresas do IBGE ([Cempre](#)), há mais de 30.000 empresas que geram 233.000 postos de trabalho e quase R\$ 4 bilhões em salários e remunerações.

Trata-se de uma cadeia intensiva em mão de obra, que gera uma quantidade grande de empregos por unidade de capital aplicado. Do ponto de vista do perfil dessa mão de obra, o quadro de funcionários abrange profissionais de todos os níveis de qualificação: de trabalhadores não especializados a profissionais de nível superior, incluídos costureiros(as), supervisores, especialistas em passadoria e acabamento, operadores de *computer aided design* e/ou *computer aided manufacturing*, especialistas em corte e modelagem, engenheiros de produção, estilistas, *designers* e outros.

A composição dessa cadeia, em termos de sua composição setorial, pode ser analisada na tabela, onde se pode identificar o número de empresas e empregos em cada um dos seus segmentos, assim como o volume de salários e remunerações gerados anualmente em cada um. Para efeitos da análise do papel da moda e do *design* como elementos de agregação de valor na cadeia, incorporamos também, nesta análise, a cadeia calçadista, que, ainda que se constitua em um segmento distinto, também apresenta a mesma dinâmica relacionada com a agregação de valor a partir de elementos imateriais, relacionados com a criação, o gosto do público, a criação de marcas e o *marketing*.

Essa cadeia é relativamente bem disseminada do ponto de vista territorial, tendo uma presença relevante em muitas regiões do Estado. Em alguns casos, o processo de evolução do setor têxtil-vestuário resultou na formação de *clusters* setoriais com impacto territorial, como no caso da indústria calçadista no Vale do Rio dos Sinos, das malharias na Serra Gaúcha (Farroupilha, Caxias e Nova Petrópolis), chegando mesmo a se consolidar em regiões de menor tradição industrial, como o norte e o noroeste do Estado. Portanto, além de seu papel em termos de geração de emprego, o setor pode ser considerado importante também do ponto de vista do desenvolvimento regional, a partir da especialização e formação de *clusters* nos territórios.

Além disso, a cadeia têxtil-vestuário demonstra resiliência e capacidade de adaptação a choques externos. O setor sofreu o impacto da abertura econômica dos anos 90, recompôs-se e voltou a crescer no início do século, sendo atingido pela crise de 2015-16, mas os dados mais recentes mostram sua capacidade de recuperação. Dados da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit) indicam que o setor têxtil e de confecção brasileiro deve fechar o ano de 2017 com faturamento de R\$ 144 bilhões, um crescimento de 5,6% em relação a 2016, acima da média da economia nacional.

O processo de recuperação do setor vem acompanhado de uma mudança do ponto de vista das estratégias empresariais, que tem um grande potencial de transformação. Historicamente, o setor sempre se beneficiou da disponibilidade de um amplo mercado interno, fechado para a concorrên-

cia externa. Além disso, caracterizava-se por uma produção de baixo valor agregado, cuja competitividade baseava-se, sobretudo, no baixo custo da mão de obra. Além disso, a heterogeneidade e a baixa integração entre os atores da cadeia produtiva dificultavam o aprendizado coletivo e o desenvolvimento de estratégias setoriais.

O padrão de ação dos atores econômicos do setor passou a ser modificado a partir do início do século, momento em que emergiram novas abordagens para o problema da competitividade da cadeia. A adoção de um padrão de competitividade baseado na agregação de valor, nos novos processos produtivos e no uso mais intensivo de tecnologia transformou-se em um dos elementos centrais de uma nova postura, que foi além das estratégias anteriores, assentada por muito tempo em um mercado fechado e na disponibilidade de mão de obra barata e abundante. Além disso, passaram a ser incorporados o *design*, o *marketing* estratégico e os novos modelos de negócio. Um dos aspectos decisivos foi a maior integração da moda ao mercado, que incorporou valores imateriais, criatividade e inovação. A isso se associa um esforço de construção de marcas e a busca mais agressiva de novos mercados.

Esse novo padrão também tem como base algumas mudanças de natureza institucional, que incidiram de forma significativa sobre a cadeia. A presença de instituições educativas formadoras de mão de obra qualificada é um elemento. O RS dispõe, hoje, de um número significativo de cursos de nível técnico e superior que formam profissionais de moda e *design*.

Os próprios atores econômicos alteraram seus padrões de atuação, abrindo caminho para ganhos de produtividade. As entidades representativas do setor começaram a operar no sentido de uma ação mais coletiva e coordenada a partir de novos conceitos de integração da cadeia produtiva. Em março de 2017, a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), representante do setor industrial, e a Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul (Fecomércio-RS), do setor varejista, iniciaram um processo de aproximação. Em julho daquele ano, foi realizado o RS Moda — Varejo & Indústria Conectados, evento que reuniu fabricantes e varejistas, e que, além da realização de negócios, buscou promover debates onde se disseminaram conceitos de construção de marca, estratégias digitais e sustentabilidade, com o objetivo de fortalecer a conexão entre as pontas da cadeia têxtil e do vestuário do Estado e valorizar a produção regional.

Cabe observar que os dois movimentos descritos acima estão associados à implementação de políticas de natureza setorial e territorial, como a constituição de arranjos produtivos articulados a partir dos atores locais, em distintas regiões do Estado. As entidades representativas do setor privado, as instituições de ensino e pesquisa e o poder público começam a articular estratégias conjuntas de atuação voltadas para potencializar a competitividade do setor. Já existem em operação os Arranjos Produtivos Locais (APLs) Coureiro-Calçadista do Vale do Rio dos Sinos, o Polo de Moda da Serra Gaúcha, o do Setor Têxtil-Vestuário do Alto Uruguai e o APL Polo de Moda do Norte Gaúcho.

Essa evolução mostra que a incorporação de noções que se articulam em torno do conceito de economia criativa pode ser um caminho relevante para o desenvolvimento da cadeia têxtil-vestuário. Criatividade, inovação e conhecimento agregam valor e têm sido fundamentais para a evolução do setor.

Número de pessoal ocupado total e de empresas e outras organizações, salários e outras remunerações, por seção, divisão, grupo e classe da classificação de atividades (CNAE 2.0), no RS — 2015

CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS (CNAE 2.0)	PESSOAL OCUPADO TOTAL	NÚMERO DE EMPRESAS E OUTRAS ORGANIZAÇÕES	SALÁRIOS E OUTRAS REMUNERAÇÕES (R\$ 1.000)
13.1 Preparação e fiação de fibras têxteis	328	36	6.357
13.2 Tecelagem, exceto malha	341	20	7.105
13.3 Fabricação de tecidos de malha	2.331	87	69.362
13.4 Acabamentos em fios, tecidos e artefatos têxteis	983	170	16.281
13.51-1 Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico	1.333	271	15.265
13.52-9 Fabricação de artefatos de tapeçaria	205	30	2.883
13.53-7 Fabricação de artefatos de cordoaria	382	20	10.929
13.54-5 Fabricação de tecidos especiais, inclusive artefatos	1.767	64	73.847
13.59-6 Fabricação de outros produtos têxteis não especificados anteriormente	1.692	169	30.506
14.11-8 Confeção de roupas íntimas	3.354	440	43.503
14.12-6 Confeção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	19.036	2.615	257.672
14.13-4 Confeção de roupas profissionais	1.752	294	23.202
14.14-2 Fabricação de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção	801	111	13.891
14.2 Fabricação de artigos de malharia e tricotagem	3.041	403	46.515
15.2 Fabricação de artigos para viagem e de artefatos diversos de couro	5.415	675	84.703
15.3 Fabricação de calçados	80.713	3.370	1.409.514
46.41-9 Comércio atacadista de tecidos, artefatos de tecidos e de armarinho	1.074	210	16.076
46.42-7 Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios	2.380	660	28.146
46.43-5 Comércio atacadista de calçados e artigos de viagem	600	182	12.273
47.55-5 Comércio varejista especializado de tecidos e artigos de cama, mesa e banho	8.744	2.696	83.795
47.81-4 Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	84.050	17.772	1.342.673
47.82-2 Comércio varejista de calçados e artigos de viagem	12.790	2.456	157.933
TOTAL	233.112	32.751	3.752.431

FONTE: IBGE-CEMPRE (2015).

Após dois anos em queda, PIB cresce 0,98% em 2017: acabou a crise?

Carlos Paiva

cpaiva@fee.tche.br

Pesquisador em Economia da FEE

No início deste mês, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou as contas nacionais de 2017, que apontaram para uma taxa de crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB) de quase 1%. Governo e meios de comunicação saudaram o resultado como demonstração de que o País saiu da crise. Uma conclusão impositiva se tomarmos a questão de uma perspectiva estritamente empírico-formal. Tal como pode ser observado na segunda coluna da tabela, o PIB apresentou crescimento ao longo de todo o ano, do primeiro ao quarto trimestre. Comparada à queda dos dois anos anteriores, a *performance* de 2017 merece ser saudada.

Não obstante, seria um equívoco inferir a dinâmica de 2018 da *performance* de 2017. É preciso analisar com muito cuidado as informações divulgadas pelo IBGE, com atenção à evolução da dinâmica dos quatro trimestres de 2017. Na parte interior da tabela, observamos que o PIB cresceu 1,3% no primeiro trimestre, 0,58% no segundo, 0,24% no terceiro trimestre e 0,05% no quarto, ou seja, a economia vem crescendo a taxas decrescentes!

Se olharmos para a *performance* dos componentes da demanda agregada, entenderemos este peculiar — e preocupante — dinamismo da economia nacional. No primeiro trimestre, o Consumo das Famílias (CF) e o Consumo do Governo (CG) ficou praticamente estagnado (variaram meros 0,18% e -0,13% respectivamente), enquanto a Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF) caiu 0,56%. O resultado positivo adveio da extraordinária safra agrícola, que alavancou as exportações (X) com um crescimento de 5,83%. No segundo trimestre, as exportações cresceram mais uma vez frente ao trimestre anterior, e as importações caíram, ampliando o superávit da Balança Comercial (BC).

Mas, no segundo trimestre, foi o CF que apresentou a maior taxa de crescimento entre as variáveis de despesa (1,15%). Esse movimento parece estar associado à elevação dos rendimentos reais da população ocupada (penúltima coluna) a uma taxa pouco superior a 2% nos primeiros trimestres de 2017. Vale observar que as informações sobre a evolução da renda dos ocupados e sobre a taxa de desemprego tem por base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), inteiramente baseada nas declarações dos entrevistados. Tal fato dificulta a interpretação de alguns resultados, mas é digno de nota que, em contraste com anos anteriores, os entrevistados, em 2017, declararam sistematicamente que os rendimentos **efetivamente auferidos** ao longo do ano superaram os rendimentos **normais** da atividade. Aparentemente, a “anomalia” está ligada a três determinações: (a) a supersafra agrícola; (b) a liberação dos saldos inativos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); e (c) a queda — gradual e discreta — do desemprego nos três primeiros trimestres. Os dois primeiros fatores **não** são recorrentes nem cumulativos e não devem se repetir em 2018, mas o mais preocupante é o último fator: tal como podemos observar na última célula da última coluna, a **taxa de desemprego parou de cair no quarto trimestre de 2017**, e o desemprego estagnou em um patamar elevado: 12,2% da força de trabalho.

Ainda mais preocupante do que a *performance* do consumo é a evolução recente das exportações e da BC. A crise recente teve início no primeiro trimestre de 2015. Ao longo dos 11 trimestres seguintes (até o terceiro de

2017), as exportações cresceram 14,53% em valor, e as importações decresceram 13,72%. Esse movimento, no entanto, sofreu uma inversão a partir de 2017, quando as importações passaram a crescer de forma mais rápida do que as exportações, deprimindo o saldo comercial do terceiro e do quarto trimestre em relação aos imediatamente anteriores. Essa *performance* perversa parece estar relacionada com a inversão da política monetário-cambial na passagem do segundo Governo Dilma para o Governo Temer. Entre janeiro de 2015 e junho de 2016, o real passou por uma desvalorização efetiva (descontado diferencial de inflação) de 30,29% em relação ao dólar. Entre julho de 2016 e dezembro de 2017, o real voltou a valorizar-se (12,36% em relação ao dólar e 17,31% em relação ao renminbi). Evidentemente, a taxa de câmbio não é o único determinante do saldo comercial e da *performance* das exportações e importações, mas é um componente importante, especialmente quando os países (potencialmente) importadores voltam a crescer. Foi justamente isso que ocorreu no ano passado. Entre as 45 maiores economias do mundo — responsáveis por 85% do PIB global —, o Brasil do “1%” foi o país que apresentou a menor taxa de crescimento (vide estudo da Austin Rating sobre o tema, disponível na internet).

Não pode haver surpresa, portanto, no crescimento pífio do último trimestre. A única surpresa encontra-se no fato do crescimento de 0,05% do período ter sido puxado pela FBKF (variação positiva de 1,96%) e do CG (variação de 0,18%). Esses componentes de demanda, contudo, devem voltar a cair. No que diz respeito ao CG, por imposição da nova agenda fiscal associada à PEC do Teto. No que diz respeito à FBKF, em função da elevada capacidade ociosa e do menor crescimento do CF e das X. Em suma: parece que ainda é muito cedo para festejar o fim da crise. Mesmo se abstraído da grave crise política e expectacional em relação à qual ainda nos encontramos submetidos, o horizonte estritamente econômico continua envolto em brumas.

Variação do Produto Interno Bruto, do desemprego e do rendimento dos ocupados no Brasil — 2014-2017

PERÍODOS	TAXA DE VARIAÇÃO PERCENTUAL COM RELAÇÃO AO PERÍODO ANTERIOR (1)						VARIAÇÃO ABSOLUTA	TAXA DE VARIAÇÃO (%)	TAXA DE DESEMPREGO (2)
	PIB	Consumo das Famílias	Consumo do Governo	FBKF	Exportações	Importações	Balança Comercial e de Serviços (3)	Rendimentos dos Ocupados (4)	
2014/2013	0,51	2,25	0,81	-4,22	-1,13	-1,91	2.047,64	1,19	6,85
2015/2014	-3,55	-3,22	-1,44	-13,95	6,82	-14,19	36.674,63	1,35	8,75
2016/2015	-3,47	-4,34	-0,06	-10,27	1,92	-10,16	19.454,54	-0,92	11,80
2017/2016	0,98	0,96	-0,56	-1,84	5,18	4,99	809,78	1,91	12,70
1.º trim./17/4.º trim./16	1,30	0,18	-0,13	-0,56	5,83	2,14	1.531,84	2,14	13,60
2.º trim./17/1.º trim./17	0,58	1,15	-0,13	0,40	0,59	-2,61	6.464,98	2,11	12,80
3.º trim./17/2.º trim./17	0,24	1,14	-0,25	1,84	3,26	6,50	-3.133,27	2,20	12,20
4.º trim./17/3.º trim./17	0,05	0,13	0,18	1,96	-0,93	1,61	-4.562,89	1,29	12,20

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE/PNAD-Contínua (2018).
IBGE/Contas Trimestrais (2018).

(1) Dados encadeados e dessazonalizados; (2) Taxa média de desemprego no ano ou no trimestre. (3) Variação do resultado absoluto da balança comercial e serviços com relação ao período anterior. (4) Em relação ao mesmo período do ano anterior (dados não dessazonalizados).

A bolha de ativos e a atuação do Fed: 2008 em 2018?

André Luís Forti Scherer
scherer@fee.tche.br
Pesquisador em Economia da FEE

A dinâmica da economia sob dominância financeira é indissociável da variação do preço dos ativos. São as flutuações, muito mais do que o nível de emprego e o ritmo de crescimento, o termômetro pelo qual se mede o sucesso da gestão econômica, reduzida, o mais das vezes, à condução da política monetária. Assim, a emergência de “bolhas” de preços dos diversos ativos financeiros é, antes de tudo, a normalidade imposta pelo “modo de regulação” vigente desde o final da década de 70. O desinflar dessas bolhas, entretanto, costuma ser bastante custoso, não raro, com reflexos para o crescimento da economia mundial.

Essa situação se apresenta em sua plenitude quando falamos dos Estados Unidos, país detentor da moeda-reserva em escala global. Entretanto, a necessidade de uma exacerbação no preço dos ativos impõe à autoridade monetária estadunidense, o Federal Reserve (Fed), um dilema de solução ótima impossível. Deveria o Fed identificar essas bolhas e agir para organizar um pouso suave e menos traumático dos preços dos ativos, ou deixar que o mercado, em sua dinâmica especulativa própria, promova a reorganização dos preços relativos dos ativos com a consequente elevação de risco sistêmica, dada a inter-relação entre os diferentes instrumentos de crédito e de alavancagem existentes em escala global?

É por si mesmo evidente que, frente a esse quadro, uma atuação preventiva do Fed seria criticada por reduzir o crescimento da economia e a criação de riqueza fictícia que lhe dá suporte. De outra parte, o estouro de uma bolha também é visto como incompetência da autoridade monetária em identificar o movimento “insustentável” dos preços dos ativos. Em geral, dada a estrutura de poder que sustenta a força do banco central dos Estados Unidos e a transferência de renda dos não detentores de poupança para os poupadores líquidos que essa dinâmica provoca, o Fed opta pela segunda alternativa, sendo obrigado, a partir daí, a gerenciar as consequências do estouro das bolhas.

Em 2007-08, essa dinâmica de exacerbação dos preços dos ativos teve seu episódio mais traumático. A inabilidade inicial do Fed em identificar o risco sistêmico envolvido na explosão da bolha imobiliária, que era o elemento essencial do dinamismo da economia estadunidense, custou muito caro em termos de emprego e de renda em nível global. A esse equívoco, sublimado em 2008 pela desastrosa aceitação passiva da quebra do banco Lehman Brothers, sucedeu uma gestão impecável do ponto de vista da preservação da riqueza capitalista. A taxa de juros básica caiu a zero já no final de 2008, patamar no qual se manteve até 2015. A ampliação do tamanho do balanço do Fed e sua ação conjunta com outros bancos centrais da Europa permitiram a absorção progressiva do estoque de ativos insolváveis, com o progressivo avanço da liquidez na economia a partir de 2010 e o fortalecimento das instituições financeiras afetadas pela crise.

Aos poucos, essa liquidez foi retomando seu papel privilegiado no espaço da valorização especulativa do capital. Isso permitiu, principalmente a partir de 2013, a superação dos preços de alguns ativos, em especial das ações. O índice Standard & Poor's 500, que havia descido dos 1.500 pontos em 2007 até os 700 pontos em 2009, retomou o patamar anterior em 2013 e, dali para frente, alavancado por essa excepcional liquidez e as baixíssimas taxas de juros, subiu excepcionalmente nos cinco anos seguintes até atingir

os 2.700 pontos nos quais se encontra hoje. A taxa de juros interbancária, ainda que em progressão depois de 2015, encontra-se, hoje, em 1,4% em média, bastante abaixo da inflação medida ao final de 2017, de 2,1%. A taxa de juros dos títulos públicos (*T-Bonds*) caiu de 5% para 1,5% entre 2007 e 2016, encontrando-se, hoje, em 2,35%, o que representa uma valorização histórica dos títulos públicos estadunidenses. Cabe ressaltar que a retomada do preço dos imóveis deu-se mais lentamente, sendo que, hoje, o índice Case-Shiller, que mede a variação dos preços dos imóveis nos Estados Unidos, encontra-se no mesmo patamar de 2006, auge da bolha especulativa que tinha por epicentro exatamente o preço do imobiliário.

É em um contexto com essas características, em que se prevê a progressiva normalização da política monetária e a retirada dos estímulos, que o mercado financeiro foi sacudido por tensões em fevereiro de 2018. Essas, para alguns mais afoitos, prenunciariam o risco de uma repetição, em escala ainda maior, do episódio de 2008. A esse quadro se somariam as pressões do maior déficit público esperado com a aprovação de proposta de corte de impostos promulgada pelo Governo Trump em dezembro de 2017, que equivale a uma renúncia de arrecadação de US\$ 1,5 trilhão nos próximos dois anos. A retomada da inflação, segundo analistas, levaria a um aumento mais rápido da taxa de juros do que o anteriormente previsto, resultando em uma queda abrupta dos preços dos ativos financeiros e a um desaquecimento da atividade econômica nos Estados Unidos. A esses riscos se somaria a inexperiência do novo presidente do Fed, Jerome Powell, o qual teria reação incerta caso o preço dos ativos desinflasse abruptamente.

Existem, até o momento, poucos indícios de que essa expectativa negativa possa prevalecer, ao menos no curto prazo. Diferenças significativas quanto ao papel e à regulação do sistema financeiro no período pós 2008 nos permitem afirmar que o quadro atual é, no momento, menos arriscado que aquele de 2007-08. A regulação das instituições financeiras sistemicamente importantes é mais estrita do que era anteriormente à crise no que tange às exigências de capital. Os encadeamentos promovidos pelos instrumentos de *hedge* e de alavancagem parecem menos complexos e menos concentrados do que anteriormente. Ao mesmo tempo, parece ter-se promovido certa restrição da especulação financeira nos círculos mais abastados da sociedade, em proporção bastante maior do que ocorreu em 2007-08.

De outra parte, o mercado que se aproxima mais de preços “irrealistas” na atualidade é o acionário, o qual, tradicionalmente, tem uma resolução mais simples em caso de *crash* do que o mercado imobiliário. Enquanto a maturação de uma solução para a quebra de uma crise imobiliária é bastante lenta, por envolver ativos reais como subjacentes, o mesmo não ocorre com ativos puramente financeiros, bem mais fáceis de lidar com os instrumentos e a experiência atualmente disponíveis.

Isso, entretanto, não significa que a eventual queda dos preços dos ativos não teria consequências de curto prazo para o crescimento da economia estadunidense. Ao contrário do que se poderia então antever, o padrão ordenador da economia dos Estados Unidos foi pouco alterado do ponto de vista dos encadeamentos imediatos com a crise de 2008. A lenta retomada do crescimento deu-se com a recuperação do preço dos ativos financeiros e uma concentração da renda ainda mais robusta do que aquela vigente anteriormente. Também não podemos descartar a emergência de encadeamentos e ligações desconhecidas (os *known unknowns*, no jargão financeiro) entre ativos, as quais só virão à tona em caso de uma severa crise.

Desse modo, daquilo que é permitido perceber no momento, a maior possibilidade para a economia dos Estados Unidos, em 2018, é uma travessia com sobressaltos, mas sem consequências desastrosas para a economia mundial.

A remuneração do setor privado, do setor público estadual e a diferença entre os poderes no RS

Guilherme Stein
guilherme.stein@fee.tche.br
Pesquisador em Economia da FEE

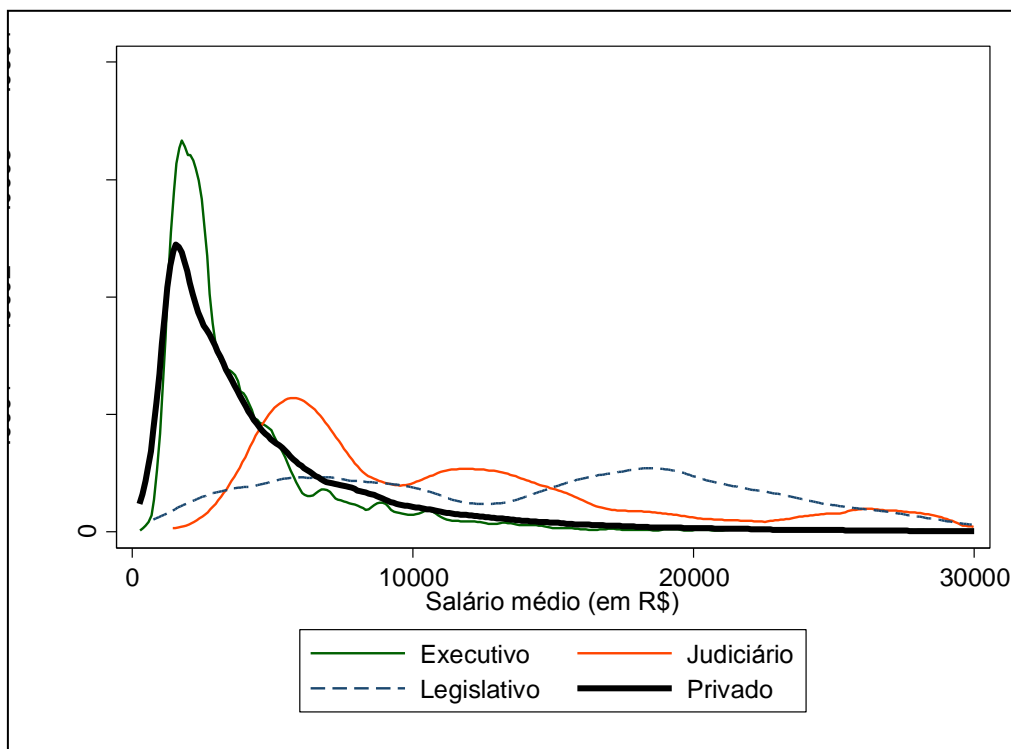
O setor público atrai, todos os anos, milhares de candidatos para vagas que abrem mediante concursos públicos. Evidências anedóticas sugerem que os candidatos valorizam não só a estabilidade que o tipo de vínculo oferece, mas também a alta remuneração. De fato, de acordo com [estudo](#) recente, mesmo levando-se em conta diferenças observáveis, os salários do setor público no Brasil, em todas as esferas administrativas, são, em média, maiores que os salários do setor privado. Em particular, nas esferas estaduais (que compara empregados dos estados com o setor privado), cerca de 20% do total do diferencial (124%, na média) não é explicado por características como a escolaridade, por exemplo. Ou seja, parece haver um prêmio salarial apenas pelo indivíduo estar empregado no setor público. O trabalho ainda mostra que o “prêmio” salarial é maior para cargos de escolaridade superior e vai diminuindo gradativamente para níveis de escolaridade menores. Tal fenômeno destoa do padrão encontrado na [União Europeia](#), onde os maiores diferenciais se dão nos níveis mais baixos de escolaridade.

Utilizando-se de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2016 para o Rio Grande do Sul, selecionou-se uma amostra com os vínculos do setor privado e do setor público estadual que possuíam ensino superior, trabalhavam em tempo integral e estavam ativos em 31 de dezembro daquele ano. O recorte totalizou 263.131 vínculos, dos quais 70,5% eram do setor privado. Dos 29,5% de vínculos ligados ao Estado, 86,6% eram ligados ao Poder Executivo, 11,6%, ao Poder Judiciário, e 1,8%, ao Poder Legislativo. Observou-se que a remuneração média dos vínculos do setor público estadual foi de R\$ 6.259,66, remuneração que está 24,6% acima do que a contrapartida do setor privado recebeu (R\$ 5.020,84). A média do salário dos empregados do Estado esconde, no entanto, uma heterogeneidade importante em relação às esferas de poder. Separando-se as remunerações dos vínculos públicos estaduais de acordo com a natureza jurídica do empregador, as médias dos Poderes Executivo (incluindo fundações e autarquias), Legislativo e Judiciário são: R\$ 5.125,11, R\$ 15.848,99 e R\$ 13.213,10 respectivamente.

Multiplicando-se a remuneração média mensal pelo total de vínculos do setor público do Estado, é possível encontrar a massa salarial dos servidores estaduais que fazem parte da amostra, a qual totalizou R\$ 487.041.146,59. Desse montante, 71% dizem respeito aos vínculos do Poder Executivo, 25%, ao Poder Judiciário, e 5%, ao Legislativo. Ou seja, embora o Judiciário represente apenas 11,6% dos empregados, sua participação na massa salarial é mais do que o dobro. Em relação ao Poder Legislativo, um padrão similar é observado: 1,8% de representação nos vínculos, mas o dobro na massa salarial do setor público estadual.

A figura mostra a distribuição salarial dos três poderes e do setor privado (censurados em R\$ 30.000) e ilustra ainda melhor essa discrepância. Nota-se que não apenas as médias dos três poderes são diferentes, mas também a distribuição como um todo. Os salários do Poder Executivo, em sua grande maioria, são relativamente próximos aos salários do setor privado, enquanto os demais poderes apresentam uma distribuição menos concentrada e com uma densidade bem maior à direita da moda das distribuições do setor privado e do Poder Executivo.

Distribuição de salários mensais médios dos três poderes e do setor privado no RS — 2016



FORNE DOS DADOS BRUTOS: RAIS (2016).

Um possível problema que existe ao se compararem as médias salariais entre poderes e setores é que, dentro de cada grupo, a composição de ocupações é diferente. Tal fato poderia enviesar as médias. Se o Judiciário e o Legislativo, por exemplo, tivessem uma concentração maior de ocupações, teriam, naturalmente, uma remuneração maior. No entanto, quando se olha para grupos de ocupações específicos, as discrepâncias continuam. O grupo ocupacional “**escriturários**” (Classificação Brasileira de Ocupações n. 41) é frequente em todas as esferas de poder do Estado e também no setor privado (12,87% no Executivo, 12,08% no Judiciário, 10% no Legislativo e 12,35% no setor privado). Dentro desse grupo, as médias dos salários mensais são: R\$ 2.689,62 para o Executivo, R\$ 9.104,10 para o Judiciário, R\$ 13.603,97 para o Legislativo e R\$ 2.058,96 para o setor privado.

A grave crise fiscal pela qual o Rio Grande do Sul passa, na qual se esgotam alternativas “indolores” (no curto prazo), como saques de depósitos judiciais e endividamento, torna necessária a discussão de reformas do Estado, tanto do lado da despesa quanto do lado da receita. Uma dessas reformas passa pela reforma salarial do setor público. As grandes diferenças salariais entre os poderes indicam alguns caminhos para uma reforma salarial. Um modelo que ajuste a distribuição salarial entre o setor público e o privado deve passar também por um ajuste entre a remuneração dos poderes.

Mais uma vez, a reforma da Previdência

Thiago Felker Andreis

thiago@fee.tche.br

**Pesquisador em Economia
da FEE**

O ano de 2017 terminou sem que a votação da nova reforma da Previdência fosse realizada. Por outro lado, 2018 iniciou com o assunto em pauta, porém a incerteza sobre sua deliberação permanece neste ano, recebendo um novo elemento, que é a decretação de intervenção na segurança pública do Rio de Janeiro, o que inviabiliza, do ponto de vista constitucional, a votação da reforma no curto prazo. Há, ainda, outro porém: 2018 é ano eleitoral, e anos eleitorais são atípicos em termos de votação e aprovação de medidas impopulares, como é o caso desta reforma da Previdência. De fato, desde o início da vigência da Constituição Federal de 1988, apenas uma vez houve aprovação de Emenda Constitucional (EC) que alterasse regras previdenciárias em ano eleitoral. Isso aconteceu em 1998, com a aprovação da EC n.º 20. As demais cinco emendas que versaram sobre o tema foram aprovadas em anos não eleitorais: 1993, 2003, 2005, 2012 (ano com eleições municipais) e 2015. Assim, ainda que já tenha existido votação de uma emenda sobre a Previdência em ano eleitoral, tal fato ocorreu há exatos 20 anos, em um contexto político-econômico bastante diferente do atual, no qual o compromisso com uma reforma da Previdência era justamente um dos pontos acordados junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

Ao tempo da elaboração deste texto, ainda não se podia afirmar com certeza o exato desenho das novas regras propostas para a reforma que se avizinha. No entanto, desde o início das discussões, em 2017, a reforma vem apresentando-se cada vez mais enxuta, justamente como forma de enfrentar essa questão da dificuldade de se obter apoio parlamentar em ano eleitoral. O que se apresenta como proposta mais recente é, dentre outros pontos, a idade mínima de 65 anos para homens e a de 62 para mulheres, o tempo mínimo de contribuição de 15 anos para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e o cálculo do benefício partindo de 60% da média das contribuições adicionado de um percentual que aumente progressivamente conforme o tempo de contribuição. Essa proposta é menos audaciosa do que a original, a qual previa, por exemplo, idade mínima de 65 anos para homens e mulheres, 25 anos de tempo mínimo de contribuição e a obtenção de 100% no cálculo do benefício apenas a partir de 49 anos de contribuição.

Foram publicados recentemente os resultados da Previdência Social para o ano de 2017, os quais servem para embasar a justificativa do Governo em defender a reforma previdenciária. De fato, os números apresentados foram bastante negativos. A Previdência urbana, que, entre 2009 e 2015, apresentou resultados positivos, teve seu segundo ano consecutivo de déficit, totalizando R\$ 72,3 bilhões em 2017, para um total de 34 milhões de beneficiários. A Previdência rural, por sua vez, apresentou déficit de R\$ 111,6 bilhões em 2017, números que apenas reiteram o caráter fortemente deficitário da Previdência ligada ao campo, que atende 8,1 milhões de beneficiários. No que diz respeito à Previdência dos servidores públicos da União (civis e militares), o déficit foi de R\$ 86,3 bilhões em 2017, para um número de beneficiários de aproximadamente um milhão. No período entre 2009 e 2017, o resultado positivo da Previdência do regime geral urbano contrabalançou os números negativos da Previdência rural, minimizando a necessidade de aporte de recursos do Tesouro. Desde 2016, com a piora no fluxo de caixa

também da Previdência urbana, a pressão sobre as contas públicas ampliou-se, o que certamente colaborou para a aceleração do debate acerca de uma nova reforma.

Qualquer análise das regras previdenciárias vigentes no País vai trazer como resultado a necessidade de mudanças em muitas normas atualmente aplicáveis. Apesar de já terem sido realizadas seis reformas na Previdência desde 1988, sempre existe, na agenda governamental, a discussão de novas alterações, as quais nunca parecem ser suficientes para resolver os problemas. No entanto, o foco dos debates tem-se concentrado sempre no aspecto fiscal, ignorando outro ponto que é a própria razão de ser de um sistema previdenciário: o equilíbrio atuarial. De fato, desde a EC n.º 20/1998, consta, na Constituição Federal, a necessidade de obediência ao princípio do equilíbrio atuarial, o qual vem sendo reiteradamente ignorado nas discussões sobre reformas previdenciárias, uma vez que o enfoque tem sido sempre e tão somente o de solução de problemas fiscais do Tesouro. Parece um tanto claro que ambos os pontos possuem importante interligação. O próprio princípio do equilíbrio financeiro da Previdência também consta expressamente no texto constitucional. O problema parece estar no aparente esquecimento da questão atuarial ante as vultosas exigências de caixa que a Previdência pública atualmente apresenta. Quando a prioridade passa a ser apenas o ajuste fiscal, corre-se o risco de se exigir dos segurados e contribuintes previdenciários um sacrifício muito superior ao atuarialmente justo para se corrigir eventuais desequilíbrios anteriores criados. Esse ponto não tem sido discutido nesta reforma, e sua consequência pode ser a criação de regras injustas para aqueles que hoje contribuem para a Previdência Social.

Envelhecimento populacional e mortalidade de idosos no Rio Grande do Sul

Marilene Dias Bandeira

mariband@fee.tche.br

Pesquisadora em Estatística da FEE

Segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Rio Grande do Sul possuía, em 2015, 11.247.972 habitantes, 15,7% considerados idosos, na faixa etária de 60 anos ou mais, havendo, nesse segmento populacional, 77 homens para cada 100 mulheres. Para 2030, o IBGE projeta que o Estado deva alcançar a marca de 11.542.948 habitantes, sendo sua população composta por 24,3% de pessoas na faixa etária dos 60 anos ou mais, estimando-se que a razão entre os sexos deverá ser de 79 homens para 100 mulheres. De um total de 1.760.586 idosos em 2015, haverá um crescimento em 2030, chegando a 2.802.027 pessoas, um incremento de 59,2% nesse segmento populacional, o que representa mais de um milhão de pessoas idosas no período. O contingente populacional predominantemente feminino em 2015, 56,5%, indica que o excedente de mulheres, que é de 228 mil, passará a apresentar uma configuração um pouco mais homogênea em 2030, quando a proporção estimada será de 55,9%, porém com um excedente maior: 254 mil mulheres a mais do que o número de homens nessa faixa etária. A expectativa de vida ao nascer dos gaúchos, de acordo com o IBGE, foi 77,77 anos em 2015, havendo uma diferença de 6,76 anos entre os sexos: 81,10 anos para as mulheres e 74,34 para os homens. O IBGE projeta também que deverá haver um incremento de, aproximadamente, três anos nesse indicador, em 2030, quando a expectativa de vida deverá alcançar 80,84 anos, e a diferença entre os sexos deverá cair para 6,27 anos, pois é estimada em 83,92 para as mulheres e em 77,65 para os homens. Ainda de acordo com as projeções do IBGE, o número médio de filhos por mulher apresentará uma ligeira queda, passando de 1,55 filho em 2015 para 1,45 em 2030, valor bastante abaixo do nível de reposição populacional, que é cerca de dois filhos por mulher. Além disso, é previsto que a idade média da população gaúcha deva subir de 36,04 em 2015 para 40,99 anos em 2030. Nesse contexto de envelhecimento da população gaúcha, é importante considerar aspectos referentes às causas específicas de mortalidade do segmento populacional com mais idade e os diferenciais por gênero desses indicadores para que possa haver um planejamento de recursos a serem disponibilizados a esse grupo.

De acordo com os dados do Sistema de Informações Sobre Mortalidade (SIM), em 2015 ocorreram 82.349 óbitos no Estado, sendo 58.838 deles entre a população com 60 anos ou mais de idade, o que representou 71% dos óbitos naquele ano. Para a população feminina, esse percentual é de 79%, e, para os homens, é de apenas 65%, indicando a prematuridade das mortes entre os homens. A taxa de mortalidade dos homens no segmento etário analisado também foi superior à das mulheres: 37,9 por 1.000 comparado a 30,0 mortes por 1.000. As principais causas de morte nessa faixa etária foram aquelas pertencentes ao grupo de doenças do aparelho circulatório, que causaram cerca de um terço dos óbitos entre os idosos (19,0 mil casos). Em segundo lugar, destacam-se neoplasias, com 13,4 mil óbitos, e, em terceiro, doenças do aparelho respiratório, com ocorrência de 8,8 mil casos. A comparação por gênero revela que as taxas específicas de mortalidade pelas principais causas da população idosa masculina são sempre superiores às das mulheres, exceto para doenças endócrinas e metabólicas (diferença de 2%) e para doenças do aparelho nervoso, cuja taxa é 27% mais baixa entre os homens. Dentre as demais causas, destaca-se um grande diferencial por

sexo relativo aos óbitos por causas externas, cuja taxa, entre os homens idosos, é quase o dobro do que ocorre entre as mulheres: 1,5 comparado com 0,8 por 1.000. Neoplasia é 63% mais incidente entre os homens idosos: 1,6 comparado com 1,3 por 1.000 entre as mulheres nessa faixa etária. As taxas de mortalidade referentes a doenças do aparelho respiratório e doenças do aparelho digestivo são cerca de 30% maiores entre os homens.

O envelhecimento populacional e o aumento da expectativa de vida ao nascer fazem com que as doenças crônico-degenerativas sejam as principais causas de mortalidade. Além disso, deve-se fazer uma análise mais detalhada dos óbitos por causas externas, que incluem mortes violentas, tais como: acidentes de transporte, homicídios e suicídios. Entre a população idosa no Rio Grande do Sul, em 2015, ocorreram 1.137 óbitos de homens e 776 de mulheres decorrentes de causas externas. Para a população feminina, 72,7 % dos óbitos nessa categoria referem-se a quedas (451 óbitos) e acidentes de transporte (113 óbitos). Para os homens, além dessas duas causas (305 e 285 casos respectivamente), homicídios (113 óbitos) e suicídios (253 óbitos) compõem 84,2 % dos óbitos devido a causas externas, o que representou 957 casos em 2015.

De fato, a mudança no perfil demográfico da população gaúcha, a feminização do envelhecimento e características da mortalidade por gênero e, principalmente, os óbitos decorrentes de causas violentas entre a população idosa são aspectos que devem ser levados em consideração na elaboração de políticas públicas. Dada a importância desse debate, o Governo do Estado está em processo de elaboração do Plano Decenal da Pessoa Idosa do Estado do Rio Grande do Sul. Esse plano deve aprofundar essa discussão, uma vez que está sendo elaborado um diagnóstico da situação da pessoa idosa no RS contemplando várias outras dimensões do tema.

Número de óbitos, taxa específica de mortalidade por causas e razão entre as taxas de mortalidade masculina e feminina da população de 60 anos e mais no RS — 2015

ÓBITOS POR CAUSA	NÚMERO DE ÓBITOS			TAXA DE MORTALIDADE (por 1.000)			RAZÃO
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Ambos Sexos	
TOTAL	28.878	29.960	58.838	37,9	30,0	33,4	1,3
Doenças do aparelho circulatório	8.909	10.101	19.010	11,7	10,1	10,8	1,2
Neoplasias	7.423	5.958	13.381	9,7	6,0	7,6	1,6
Doenças do aparelho respiratório	4.405	4.438	8.843	5,8	4,4	5,0	1,3
Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	1.595	2.140	3.735	2,1	2,1	2,1	1,0
Doenças do sistema nervoso	954	1.709	2.663	1,3	1,7	1,5	0,7
Doenças do aparelho digestivo	1.305	1.303	2.608	1,7	1,3	1,5	1,3
Mal definidas	1.229	1.302	2.531	1,6	1,3	1,4	1,2
Causas externas	1.137	776	1.913	1,5	0,8	1,1	1,9
Demais causas	1.921	2.233	4.154	2,5	2,2	2,4	1,1

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Ministério da Saúde/SIM.
IBGE.

www.fee.rs.gov.br

 /fundação.rs |  @fee_rs
 @fundação.rs

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 06.03.18).

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

ISSN 1517-7262

 **Fundação de
Economia e
Estatística**

Presidente: Miguel Ângelo Gomes Oliveira
Diretor Técnico: Alfredo Meneghetti Neto
Diretor Administrativo: Marcelo Vasconcelos da Silva

Conselho Editorial: Martinho Roberto Lazzari (Editor), Bruno Paim, Iracema Keila Castelo Branco, Jefferson Augusto Colombo e Vanceli Zanin
Revisão e editoração: Tatiana Zismann